



Impugnação 31/08/2020 15:36:05

Os pedidos de impugnação estavam interligados aos questionamentos já publicados.

Resposta 31/08/2020 15:36:05

Constata-se que as demandas apresentadas recaem essencialmente sobre disposições de natureza técnica da contratação. Os questionamentos sobre prazos de execução trazidos à baila foram plenamente esclarecidos pela unidade demandante e as especificações do Anexo I do Edital -TR não demonstram incongruências. Assim, quanto ao suscitado no que se refere ao Anexo I- 3- DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, item 5, do TR, e ao Anexo I, item 4- FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO, subitem 4.3, do TR, a SEAAC esclareceu e concluiu: O prazo previsto para o início da prestação dos serviços foi o mesmo estabelecido no último edital que deu origem à atual contratação dos serviços de telefonia fixa. Naquela ocasião, não houve qualquer questionamento das operadoras com relação ao prazo ali estipulado. Vale ressaltar que o prazo de 60 (sessenta) dias, previsto no subitem 4.3 do Termo de Referência anexo ao presente Edital, somente começará a contar a partir do recebimento da ordem de serviço a ser emitida pela fiscalização do ajuste, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da via do contrato pela empresa. Ou seja, na prática a Contratada já terá um prazo máximo de até 75 (setenta e cinco) dias para o início da execução dos serviços, o que convenhamos é mais do que suficiente. Diante do exposto, opinamos pelo não deferimento do quanto pleiteado pela licitante no tocante a esta questão. Com relação ao prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, previsto para a ativação e desativação do serviço de discagem direta gratuita (0800), entendemos, salvo melhor juízo, que a sua manutenção é necessária. Ora, o Tribunal necessita de soluções imediatas para o atendimento das demandas eventuais, urgentes e excepcionais previstas no período eleitoral, as quais exigem um atendimento célere e diferenciado. Portanto, as licitantes que quiserem participar do certame deverão se submeter às condições que se adequem às necessidades do Contratante. Ademais, a demora da ativação do 0800 poderá comprometer o atendimento biométrico, trazendo impactos negativos à imagem do Tribunal, além de prejuízos ao processo eleitoral. Diante do exposto, entendemos ser imprescindível a manutenção do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Informamos que será necessário apenas um único serviço de discagem direta gratuita (0800). Entretanto, por se tratar de um serviço eventual e temporário, necessário para atender às demandas das eleições e do cadastramento biométrico, existe a possibilidade de que o mesmo seja ativado e desativado com frequência durante determinados períodos. Sendo assim, esclarecemos que os quantitativos de assinatura e facilidade de rede inteligente, bem como os valores unitários, mensais e anuais previstos na planilha em apreço, correspondem tão somente a uma simples estimativa dos serviços durante toda a vigência da futura contratação. Ou seja, é correto o entendimento de que a quantidade de assinaturas deverá ser multiplicada pelo valor unitário e posteriormente pela quantidade de meses. Contudo, vale ressaltar que a referida estimativa não constitui qualquer compromisso futuro por parte do Tribunal. A SEAAC ainda ressaltou que não se faz necessária a elaboração de projeto específico para viabilizar a infraestrutura necessária à prestação do serviço, destacando que tal responsabilidade é exclusiva da Contratada. Em manifestação complementar, a unidade demandante também registrou, conforme documento n.º 1219424: Em resposta ao questionamento feito pela ASJUR no item 2.1 do parecer constante do doc. n.º 1217883, confirmamos o entendimento de que o início da prestação dos serviços se dará no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela fiscalização do contrato. Ademais, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas é o mesmo tanto para a ativação quanto para a desativação do 0800. Esclareço, ainda, que o serviço de discagem direta gratuita deverá permanecer desativado no início da execução dos serviços. (grifo nosso) De referência às alegações da empresa Claro S.A. em documento n.º 1207509, a unidade técnica assim se pronunciou: -sobre o item 8 w.1 e subitens do TR: Os números atualmente contratados por este tribunal estão regularmente registrados com o CNPJ do TRE-BA, sendo assim não vislumbro qualquer impedimento no processo de portabilidade. Sendo assim, a contratada deverá efetuar a portabilidade do MDCU e do prefixo, mantendo o mesmo plano de numeração atualmente existente. Logo, está incorreto o entendimento da licitante. -quanto ao anexo A, item A3: 5. A redução da quantidade de entroncamentos em períodos de baixo tráfego não significa que o enlace poderá ser desativado. Quando o item A.3 menciona que "a interrupção de um dos meios físicos não ocasionará a total indisponibilidade do serviço" significa que os 5 links ativos em períodos de baixo tráfego serão subdivididos nos dois enlaces a fim de garantir a redundância do sistema, logo está incorreto o entendimento da empresa. 6. Diferente do entendimento da empresa, informo que a central telefônica deste tribunal não tem disponibilidade de receber os links por meio do protocolo SIP-T. Além disso, nas especificações do item 1 do termo de referência fica claro que a interconexão entre a central pública e a central telefônica deste tribunal deverá ser feita através de entroncamentos digitais E1 e não através de SIP. -no que tange à subcontratação: Quanto à subcontratação do serviço de última milha de acesso, como versa o subitem 4.5 do anexo I do edital, é permitida a subcontratação deste serviço. A este respeito, em acréscimo às informações da unidade técnica, cumpre registrar que a possibilidade de subcontratação prevista no TR está plenamente estabelecida. Assim, poderão ser subcontratados serviços acessórios de instalação e manutenção, conforme subitem 4.5 do ANEXO I do Edital n.º 49/2020-TR, abaixo transcrito: 4.5. Considerando que a logística das operadoras de telefonia fixa demanda frequentemente a terceirização de serviços, sobretudo daqueles relacionados à manutenção e instalação de linhas e equipamentos, é permitida a subcontratação exclusivamente para estes serviços, sendo que a licitante vencedora será a única responsável pelo objeto contratado. (grifo nosso) - sobre a forma do serviço 0800 e item 8 do TR, a área técnica concluiu: Quanto à forma de fornecimento do serviço de "0800", ele deverá ser regenerado. A reserva do "0800" especificada na alínea x.2 do item 8, significa que o número 0800 071 6505 deverá ser reservado para o contratante, durante toda a vigência do contrato, garantindo que esse número não será disponibilizado para outra empresa no caso de desativação temporária do serviço. Quanto aos questionamentos técnicos apresentados pela empresa Telemar Norte Leste S.A, relativos ao ANEXO A, item 1, subitem A.3 do TR, a área técnica do Tribunal se pronunciou conforme manifestação a seguir transcrita em sua totalidade: Quanto à exigência de redundância de acesso para os troncos E1, saliento que, salvo melhor juízo, entendo ser necessária a sua manutenção. Atualmente, os troncos E1 deste tribunal são fornecidos pela operadora por apenas um caminho e já ocorreram eventos de problemas na infraestrutura física, ocasionando quedas repentinas de ligações, o que gerou indisponibilidade temporária do serviço de telefonia neste eleitoral. A redundância de acesso dos troncos garantirá a confiabilidade e segurança do sistema de telefonia deste tribunal, sobretudo em períodos críticos, como em anos eleitorais ou outros que demandem alta requisição de serviços de telefonia. Além disso, o segundo caminho não será usado "muito pouco" como referido pela licitante, ao contrário, a ideia do setor técnico deste tribunal é subdividir os 5 troncos que ficarão constantemente ativos, de modo que 3 deles trafeguem por 1 caminho e os outros 2 trafeguem pelo segundo. Reitero que essas medidas visam garantir a confiabilidade do sistema de telefonia. Deste modo, diante do acima exposto, considerando as conclusões das áreas demandante e técnica, as quais acolho, e lastreado no Parecer da ASJUR1 em documento n.º 1217883, cujos fundamentos adoto e que integram a presente decisão, NEGOU PROVIMENTO às impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2020, apresentadas pelas empresas

Claro S.A. e Telemar Norte Leste S.A., documentos n.os 1207509, 1207511 e 1207515, mantendo-se a decisão da pregoeira em documento n.º 1216163, e disposições do mencionado Edital, com amparo no art. 132, IX, da Resolução Administrativa n.º 28/2019. Por conseguinte, determino a abertura do certame, com amparo no art. 132, VIII, da mencionada norma, observando-se os prazos legais, e já realizada a análise do cumprimento das condições referentes à fase interna, conforme decisão em documento n.º 1194174. Encaminhe-se à COMISS60, para conhecimento e providências cabíveis, devendo publicar a decisão e notificar as empresas. Em 30 de agosto de 2020. RAIMUNDO VIEIRA Diretor-Geral

Fechar